



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA QUINTA (15ª) SESSÃO **EXTRAORDINÁRIA**

Presidida pela Sra. Vereadora Sonia Regina Rodrigues;
secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e um, realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pela Sra. Vereadora Sonia Regina Rodrigues; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Quinta (15º) Sessão Extraordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Oitava (18ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº 15, de 2021. Às 12h00, feita a primeira e única chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 118, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ademir Souza Floretti Junior (01), Alexandre Cintra (02), Cinoê Duzo (03), Dirceu da Silva Paulino (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), João Victor Coutinho Gasparini (06), Joelma Franco da Cunha (07), Lúcia Maria Ferreira Tenório (08), Luís Roberto Tavares (09), Luzia Cristina Cortes Nogueira (10), Mara Cristina Choquetta (11), Márcio Evandro Ribeiro (12), Marcos Antônio Franco (13), Marcos Paulo Cegatti (14), Orivaldo Aparecido Magalhães (15), Sonia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, a Sra. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106, da já citada Resolução,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

convidou o Vereador Geraldo Vicente Bertanha para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia. Cumprida dita providência, a Sra. Presidente passou imediatamente à parte reservada à **“ORDEM DO DIA”**, **EM TURNO ÚNICO “ex-vi” do disposto no inciso I, § 1º, do Artigo 171 do Regimento Interno.** 1. Projeto de Lei nº 144, de 2021, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre abertura de crédito suplementar, por excesso de arrecadação, no valor de R\$15.904.860,00”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para discorrer sobre a matéria, fez uso da palavra o Vereador João Victor Coutinho Gasparini. Comentou que o projeto visava atender necessidades cirúrgicas e emergenciais do Município de Mogi Mirim, e deviam isso aos mais de trezentos e cinquenta (350) mogimirianos que perderam suas vidas devido ao Covid-19, mostrando um atendimento digno aos munícipes. Aclarou que inicialmente o projeto traria o valor de R\$15.904.700,00 (quinze milhões novecentos e quatro mil e setecentos reais), e que desde o mês de agosto havia feito progressões mas subiu para a Câmara Municipal apenas em outubro, sendo um projeto complexo e delicado, haja visto cada centavo que atenderia a população mogimiriana, e acrescentou que o projeto tinha vindo tarde. Discursou, em seguida, o Vereador Tiago César Costa. Proferiu que estavam em caráter de urgência porque a Secretaria da Saúde, juntamente com o Prefeito Municipal, havia considerado um valor de superávit financeiro que já deveria ter sido enviado aos Cofres Públicos da saúde. Pontuou que tinham um gerente financeiro na saúde, o Sr. Ronivaldo do Santos, porém a prefeitura havia contratado uma empresa que chamava “Ecosol Martin Editorias Zpp”, no valor de mais de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para prestações de assessoria financeira para a saúde, portanto, o vereador se indignou com tal situação. Ressaltou sobre a importância da campanha outubro rosa e aconselhou todas as mulheres a sempre buscarem a prevenção contra o câncer de mama. Em seguida, fez uso da palavra a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Joelma Franco da Cunha. Comentou que a sessão extraordinária pedia posicionamento do Executivo, porque todas as demandas deveriam estar coordenadas, pois o Executivo precisaria realizar um acompanhamento diário de suas demandas financeiras, em especial, às sobras financeiras que deveriam ser entregues rapidamente à população. Pediu para que o Executivo enviasse à Casa projetos importantes com antecedência. Discursou, em seguida, a Vereadora Luzia Cristina Cortes Nogueira. Lembrou que a primeira comissão, pela qual os projetos passavam primeiro, era a Comissão de Justiça e Redação, onde verificavam e checavam a redação, e incluiu que muitos projetos estavam sendo discutidos, por isso o Projeto de Lei nº 144/2021 foi afastado, mas que poderia ter sido incluído na última sessão, então, assumiu que o erro havia sido de sua Comissão. Informou que o Executivo também estava lotado de trabalhos, por isso o projeto estava sendo discutido na sessão do dia 29 de outubro. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Aclarou que os novos vereadores não eram novatos, pois todos tinham suas aptidões e interesse pelo bem de Mogi Mirim. Acrescentou que acreditava que todas as secretarias e comissões eram comprometidas com todo o trabalho, fornecendo devolutiva a todos, mostrando compromisso com a cidade. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, informando que acreditava que o projeto havia surgido em uma ótima hora e possuía uma grande importância. Aclarou sobre as cirurgias eletivas, onde muitos munícipes estavam sofrendo enquanto aguardavam cirurgias importantes. Expos que estava destinando sua emenda impositiva para cirurgias eletivas. Discursou, em seguida, o Vereador Alexandre Cintra. Desabafou que essa situação afetava a saúde de muitos, e que esse projeto era para ter sido discutido antecipadamente pela a Casa de Leis, pois o Prefeito Municipal não soube do dia para a noite que havia um excesso de arrecadação. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Márcio Evandro Ribeiro. Proferiu que com seus alunos sempre buscava elogiá-los em público e repreende-los de maneira particular, portanto, sempre seguiria



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

esse modelo com todos. Parabenizou o Vereador João Victor Coutinho Gasparini e seu trabalho na Comissão. Discursou, em seguida, o Vereador Dirceu da Silva Paulino. Salientou que era indiscutível a importância do projeto, pois traria um benefício significativo ao município. Comunicou que o governo trabalhava com a previsão e o orçamento feito pela administração passada. Incluiu que não compactuava com os posicionamentos do ex-Prefeito Carlos Nelson Bueno, mas sempre buscava ser justo, por isso, deveria ser justo com a equipe do ex-prefeito que havia feito um trabalho seguro nas previsões orçamentária. Aclarou que se o Prefeito Municipal não tivesse a plena certeza do superávit financeiro poderia responder judicialmente, por isso foi necessário muito estudo antes que o projeto chegasse à Casa de Leis. Parabenizou todos os vereadores pelos estudos realizados sobre o projeto. Em seguida, fez uso da palavra a Vereadora Lúcia Maria Ferreira Tenório. Enunciou que as Comissões atuavam com muita presteza e critério, e parabenizou o Vereador João Victor Coutinho Gasparini pelo seu belo trabalho. Comentou que destinou sua emenda impositiva às cirurgias eletivas, pois quase três mil (3.000) cirurgias estavam sendo aguardadas. Apontou que ao elaborar os projetos o Executivo deveria ser mais cuidadoso, porque implicava em emendas. Discursou, em seguida, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Pronunciou que entendia a situação do Vereador Dirceu da Silva Paulino, porque havia sido Líder de Governo no primeiro (1º) ano da administração do ex-Prefeito Carlos Nelson Bueno. Informou que admirava a competência de todas as Comissões, e registrou que o bom vereador tinha que ter um bom assessor, e as Comissões contavam com excelentes assessores. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Marcos Antônio Franco. Comentou que via todos os dias as dificuldades das pessoas e esse projeto era importante para auxiliá-las, porque muitas não tinham condições financeiras de manterem a saúde. Discursou, em seguida, o Vereador Luís Roberto Tavares. Mencionou que via a atitude dos vereadores com olhar de simpatia ao projeto, pois era benéfico para a saúde.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Disse que era favorável ao projeto; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 144/2021, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", a Sra. Presidente passou, em seguida, ao fim da sessão porque não havia tempo hábil à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**". Nada mais a se tratar, a Sra. Presidente, Vereadora Sonia Regina Rodrigues, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 13h40, determinando a lavratura da presente ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.